

ESTUDO TÉCNICO

N.º 02/ 2012

Diferenciais de inserção no mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família segundo o Censo Demográfico 2010

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 323

CEP 70054-960 BRASÍLIA DF TEL. 61 3433 1501

Estudo Técnico

No. 02/2012

Diferenciais de inserção no mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família segundo o Censo Demográfico 2010

Técnico responsável

Marconi Fernandes de Sousa

Revisão

Paulo de Martino Jannuzzi

Joana Akiyo Nemoto

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *transferência de renda, Programa Bolsa Família, mercado de trabalho*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

Apresentação

O presente Estudo Técnico apresenta uma análise dos indicadores de inserção no mercado de trabalho para a população beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família a partir dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Em caráter descritivo são analisados os principais indicadores conjunturais de mercado de trabalho como taxa de atividade¹, taxa de ocupação² e taxa de formalização³ para beneficiários e não beneficiários do PBF.

Dessa forma, o estudo objetiva trazer evidências empíricas para discutir os supostos efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) em termos de desincentivo à inserção e formalização no mercado de trabalho dos beneficiários.

1. Metodologia

Os tratamentos realizados na base de dados do Censo se resumem nos seguintes tópicos:

- Replicação da variável identificadora de participação no Programa Bolsa Família e/ou PETI para os demais membros dos domicílios.
- Construção de variável de posição na ocupação integrada com contribuição previdenciária para definir dentre a população ocupada, os ocupados formais e informais.

O Censo Demográfico 2010 incluiu em seu questionário uma pergunta específica sobre recebimento de rendimento mensal habitual do Programa Bolsa

¹ Taxa de atividade é o percentual de população economicamente ativa (PEA) em relação à população total. A população economicamente ativa é composta por ocupados e desocupados. Desocupados são pessoas que na semana de referência da pesquisa não trabalhavam, mas que tomaram alguma providência para conseguir trabalho e que estariam disponíveis para assumir caso conseguissem.

² Taxa de ocupação é o percentual de população ocupada em relação à população economicamente ativa.

³ Taxa de formalização é percentual de ocupados na formalidade em relação ao total de ocupados. A metodologia utilizada para definição de formalidade e informalidade utilizada neste Estudo Técnico será abordada adiante.

Família (PBF) e/ou PETI (Variável V0657). A coleta desta variável se aplicou apenas ao respondente do questionário, por isso a necessidade de replicar as informações desta questão para os demais membros dos domicílios. É importante destacar que a unidade de intervenção da política do Bolsa Família é a família, pois apesar do benefício ser recebido apenas pela pessoa de referência da família, o cálculo do total recebido é o cômputo do benefício básico e benefícios variáveis. Estes são calculados segundo as faixas etárias dos membros dos domicílios implicando em acompanhamento de condicionalidades de educação e/ou saúde e/ou assistência social. A metodologia utilizada para replicação da V0657 está descrita no Estudo Técnico n.º 1 da SAGI.

Faz-se necessária uma ressalva importante relativa ao número estimado de domicílios beneficiários do PBF do Censo 2010 do Estudo citado. Em julho de 2010 (mês de referência da coleta da pesquisa), a folha de pagamentos do PBF registra 12.582.844 famílias beneficiárias, enquanto o Censo 2010 com a metodologia citada estima um conjunto de 9.037.603 famílias. Nesse sentido, o Estudo citado não incorpora análise aprofundada dos motivos do sub-registro encontrado no Censo 2010 para a variável V0657⁴. Portanto, os resultados ora apresentados para taxa de atividade, ocupação e formalização de beneficiários e não-beneficiários podem servir de subsídios preliminares para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho e a relação com impactos do PBF.

Em relação à definição de formalidade e informalidade das ocupações para o Censo 2010, partiu-se da combinação da variável derivada de “Posição na ocupação e categoria do emprego no Trabalho Principal” (Variável V6930) com a variável sobre status de contribuição com o Instituto de Previdência Oficial em algum trabalho que tinha na semana de 25 a 31 de julho de 2010 (Variável V0650). O quadro abaixo apresenta a matriz de combinação das duas variáveis para definição de formalidade e informalidade entre as posições ocupacionais.

⁴ Importante ressaltar que em setembro de 2012 está prevista pelo IBGE a publicação de microdados adicionais do Censo Demográfico 2010 com a variável identificadora de famílias. Dessa forma, os resultados ora aqui apresentados poderão ser reelaborados para o grupo de beneficiários e não beneficiários segundo a metodologia da ETEC n.º 01 sobre a replicação da variável V0657 para famílias.

Quadro 1

Matriz de combinação das variáveis V6930 e V0650 do Censo Demográfico 2010 para definição de tipologia de formalidade e informalidade das ocupações

V6930 – Posição na Ocupação	V0650 – Contribuição Previdenciária Oficial	Formalidade/Informalidade da ocupação
Empregados com carteira de trabalho assinada	.	Formal
Militares e funcionários públicos estatutários	.	Formal
Empregados sem carteira de trabalho assinada	“Sim” ou “Sim, em outro trabalho”	Formal
Empregados sem carteira de trabalho assinada	Não ou Em branco	Informal
Conta-Própria	Sim ou Sim, em outro trabalho	Formal
Conta-Própria	Não ou Em branco	Informal
Empregadores	Sim ou Sim, em outro trabalho	Formal
Empregadores	Não ou Em branco	Informal
Não Remunerados	.	Informal
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	.	Informal

O pressuposto dessa tipologia é o entendimento de que a contribuição previdenciária formaliza o status ocupacional dos conta-própria, empregadores e sem carteira assinada pelo fato de assegurar direitos sociais como auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-maternidade, tempo de contribuição para aposentadoria, entre outros serviços e auxílios aos segurados. Essa tipologia é recorrente nos estudos sobre mercado de trabalho e se adequa ao escopo deste Estudo por ser composta essencialmente de conteúdo descritivo.

2. Resultados

Os resultados ora aqui apresentados são relativos à população de 16 a 64 anos. Do ponto de vista das políticas do MDS, a atividade e a ocupação de crianças e adolescentes de 15 anos ou menos se enquadram em parâmetros específicos de análise relativas à problemática do trabalho infantil, assim como a atividade de idosos é discutida segundo parâmetros específicos de relação com o mercado de trabalho do ponto de vista geracional. Tratam-se de parâmetros que precisariam de estudos focalizados para o tratamento adequado do tema em tela.

Antes de passarmos aos indicadores mais específicos de mercado de trabalho, analisaremos a estrutura etária dos beneficiários e não beneficiários de 16 a 64 anos, devido aos efeitos composicionais destas características demográficas nas taxas de atividade, ocupação e formalização. Grupos com perfil etário mais maduro normalmente apresentam maiores taxas de atividade e ocupação, enquanto com um perfil etário mais jovem, apresentam menores taxas.

Tabela 1
Distribuição da população de 16 a 64 anos segundo participação no Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas etárias – Brasil, 2010

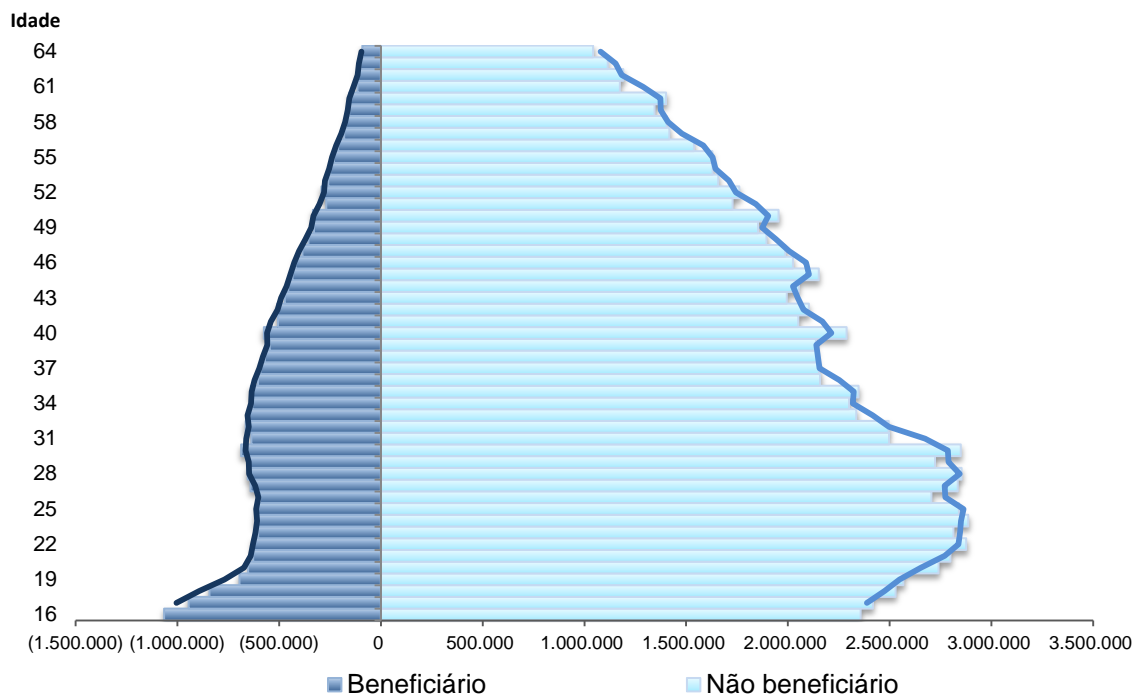
Faixa etária	Beneficiário	%	Não beneficiário	%	Ignorado ou em branco	%	Total
16 a 19 anos	3.544.133	15,2	9.872.712	9,5	185	0,9	13.417.030
20 a 24 anos	3.124.883	13,4	14.114.768	13,6	1.213	6,1	17.240.864
25 a 29 anos	3.142.614	13,4	13.957.071	13,5	3.233	16,4	17.102.917
30 a 39 anos	6.210.347	26,6	23.417.224	22,6	5.236	26,5	29.632.807
40 a 49 anos	4.436.035	19,0	20.404.092	19,7	3.016	15,3	24.843.143
50 a 59 anos	2.345.941	10,0	16.068.358	15,5	4.455	22,5	18.418.755
60 a 64 anos	575.143	2,5	5.925.710	5,7	2.434	12,3	6.503.287
Total	23.379.095	100,0	103.759.935	100,0	19.772	100,0	127.158.802

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Como se observa na Tabela 1, o contingente de beneficiários é mais jovem do que o de não beneficiários. O percentual de jovens de 16 a 19 anos entre os beneficiários é maior em 5,7 pontos percentuais em relação aos não beneficiários. Considerando, por outro lado, o percentual de adultos de 50 a 64 anos, a parcela entre os beneficiários é menor em 8,7 pontos percentuais. Considerando a força de trabalho primária, de 25 a 49 anos, as diferenças entre os dois grupos são bem menos expressivas (55,8 % do contingente entre beneficiários e 59 % no grupo de não beneficiários). Os gráficos 1 e 2 abaixo apresentam a distribuição em números absolutos e percentuais dos dois grupos segundo idade para melhor apreensão das estruturas demográficas em comparação.

Gráfico 1

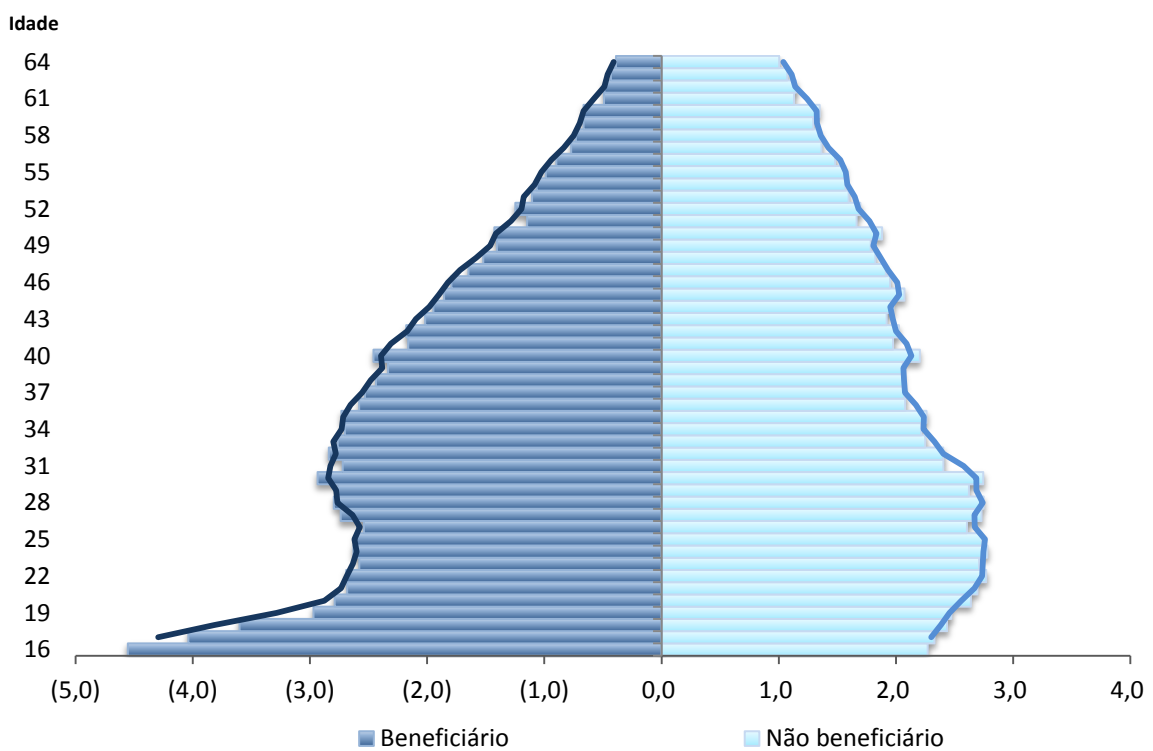
Distribuição de beneficiários e não beneficiários de 16 a 64 anos segundo idade - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Gráfico 2

Distribuição percentual de beneficiários e não beneficiários de 16 a 64 anos segundo idade - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

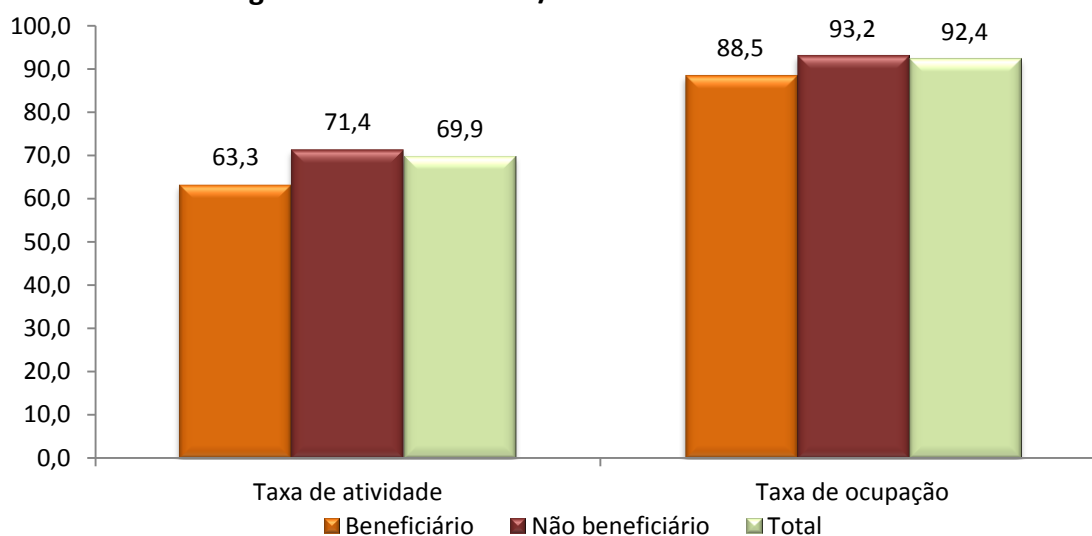
Pelos gráficos 1 e 2, acima, nota-se que a estrutura etária do grupo dos beneficiários possui maior concentração de jovens do que a do grupo de não beneficiários. Nesse sentido, espera-se menores taxas de atividade e ocupação para primeiro grupo em relação ao segundo.

2.1. Taxas de atividade e taxas de ocupação

Apresentados os resultados e expressas as premissas relativas aos efeitos da estrutura etária nas taxas de atividade, ocupação e formalização, passamos aos resultados finais deste estudo.

Gráfico 3

Taxa de atividade e ocupação da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI - Brasil – 2010

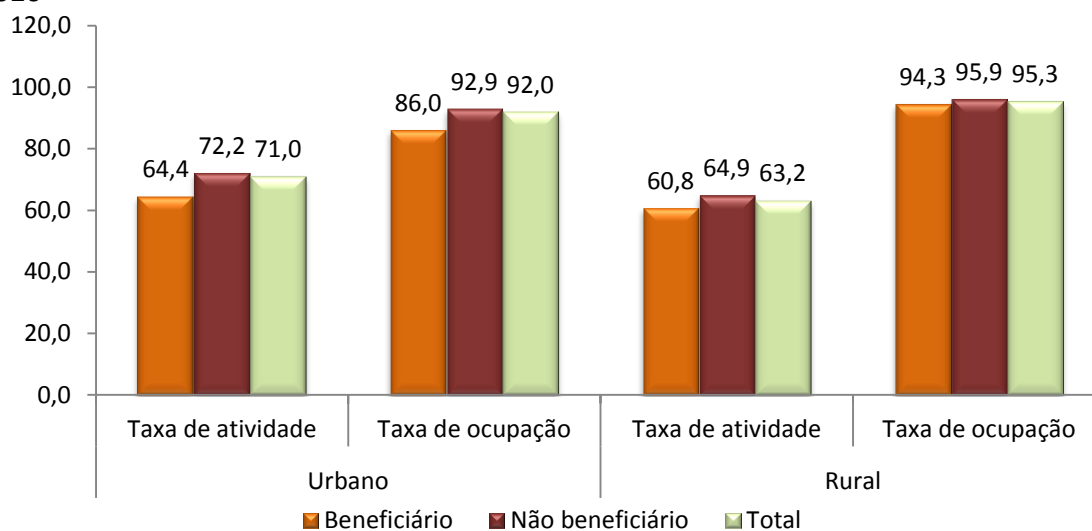


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

A diferença da taxa de atividade dos não beneficiários em relação aos beneficiários é de 8,1 pontos percentuais. Já para taxa de ocupação a distância é de 4,7 pontos percentuais.

Gráfico 4

Taxa de atividade e ocupação da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por situação censitária - Brasil - 2010

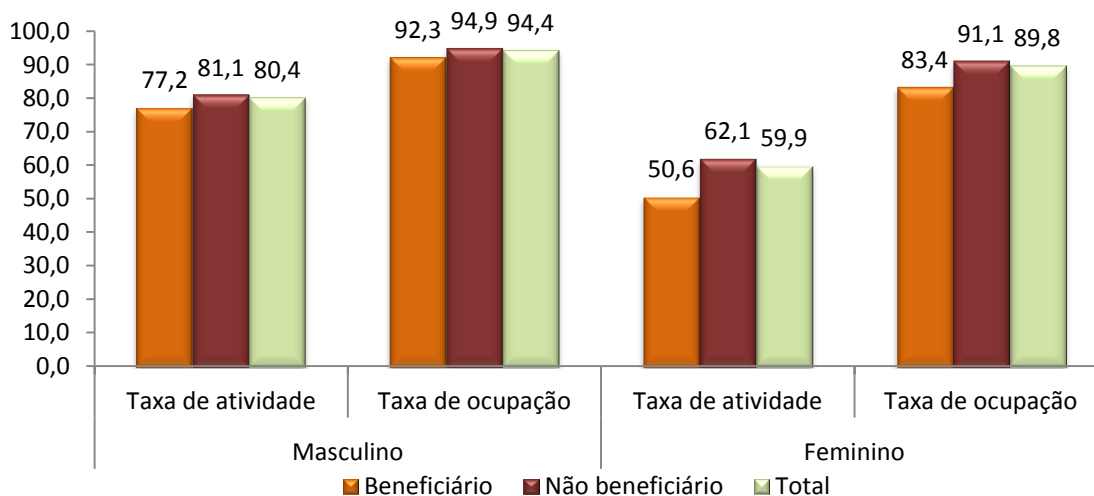


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Controlando por situação censitária, temos que a diferença da taxa de atividade no meio urbano dos não beneficiários em relação aos beneficiários é de 7,8 pontos percentuais e no meio rural, a diferença é 4,1 pontos percentuais. Já para as taxas de ocupação as diferenças são de 6,9 pontos percentuais no meio urbano e de 1,6 pontos percentuais no meio rural.

Gráfico 5

Taxa de atividade e ocupação da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por sexo - Brasil - 2010

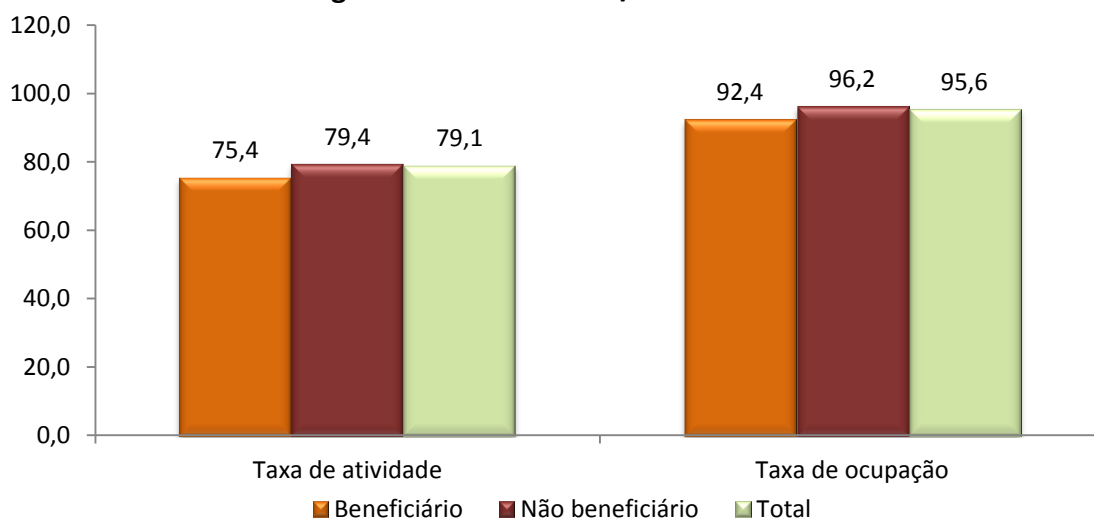


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Controlando por sexo, temos que a diferença dos não beneficiários em relação aos beneficiários é de 3,9 pontos percentuais para o sexo masculino e de 11,5 pontos percentuais para o sexo feminino. Nas taxas de ocupação temos a diferença de 2,6 pontos percentuais entre os homens e 7,7 pontos percentuais para mulheres.

Gráfico 6

Taxa de atividade e ocupação de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI - Brasil - 2010

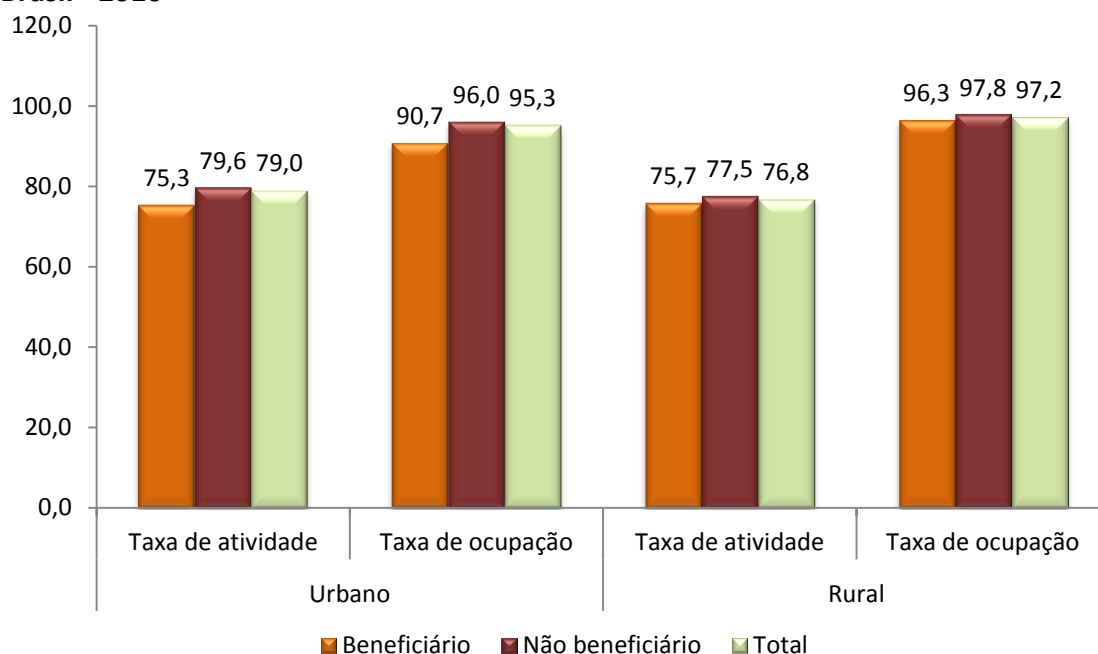


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Em relação às pessoas de referência de 16 a 64 anos dos domicílios, observamos menor diferença na taxa de atividade entre não beneficiários e beneficiários. Para este recorte específico a diferença é de 4,0 pontos percentuais, enquanto para o total da população nesta faixa etária a diferença é de 8,1 pontos percentuais. Já no caso da taxa de ocupação, temos a diferença de 3,8 pontos percentuais para as pessoas de referência e 4,7 para o total desta faixa etária.

Gráfico 7

Taxa de atividade e ocupação de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por situação censitária - Brasil - 2010

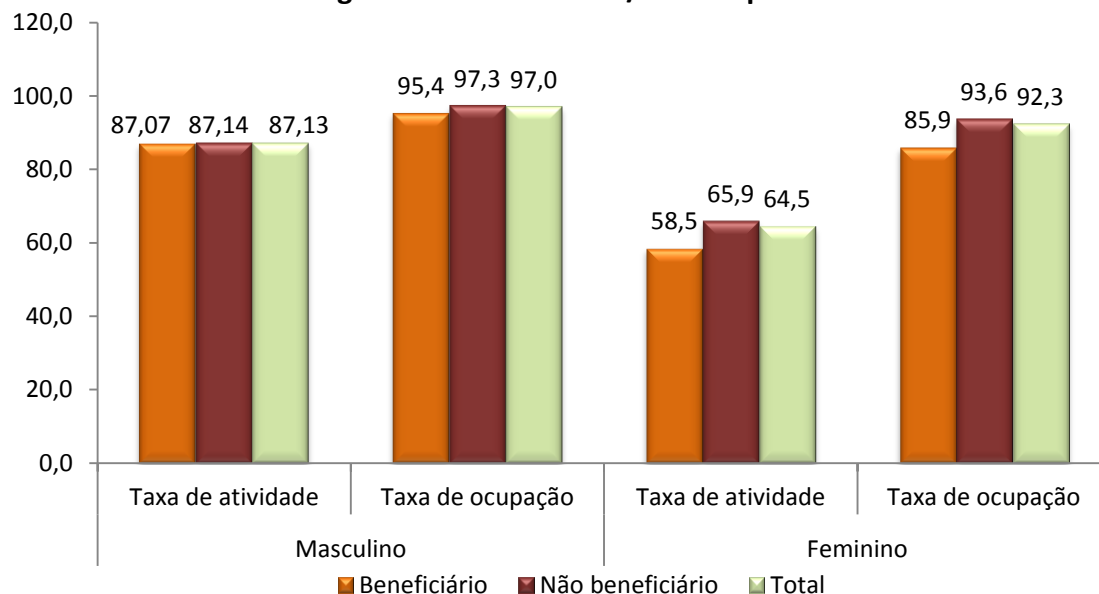


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

No meio urbano, temos que a diferença na taxa de atividade das pessoas de referência dos não beneficiários em relação aos beneficiários é de 4,3 pontos percentuais e no meio rural é 1,8 pontos percentuais. Em relação a taxa de ocupação temos a diferença de 5,3 pontos percentuais no meio urbano e 1,5 pontos percentuais no meio rural.

Gráfico 8

Taxa de atividade e ocupação de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por sexo - Brasil - 2010

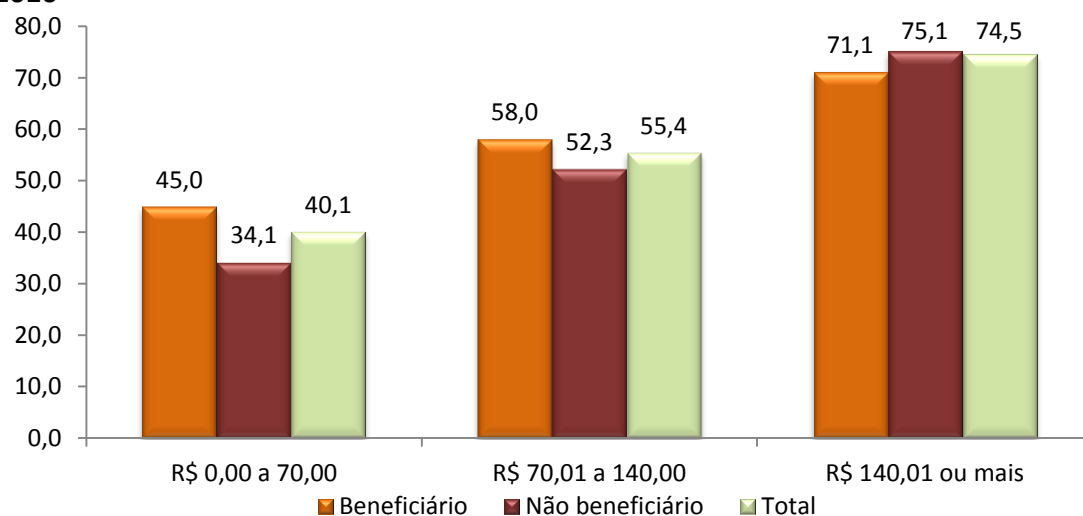


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Controlando por sexo, temos a mesma taxa de atividade para beneficiários e não beneficiários dentre os homens e encontramos uma diferença de 7,4 pontos percentuais entre as mulheres. Na taxa de ocupação, temos uma diferença de 1,9 pontos percentuais entre os homens e 7,7 pontos percentuais entre as mulheres.

Gráfico 9

Taxa de atividade da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas de renda domiciliar *per capita* - Brasil - 2010



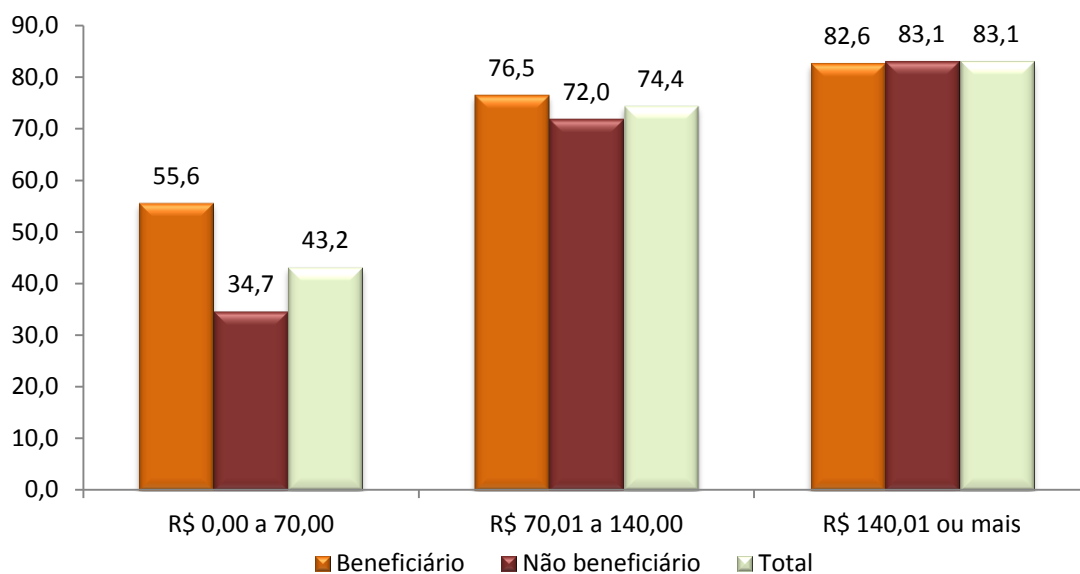
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Controlando por faixas de renda domiciliar *per capita*, temos que para a população de 16 a 64 anos extremamente pobre⁵ (R\$ 0,00 a 70,00) a taxa de atividade dos beneficiários é 10,9 pontos percentuais maior que a dos não beneficiários, assim como, é maior em 5,7 pontos percentuais para os pobres (R\$ 70,01 a 140,00). Por fim, para a população com renda domiciliar *per capita* de R\$ 140,01 ou mais, a taxa de atividade dos não beneficiários é maior que a dos beneficiários em 4,0 pontos percentuais.

Importante destacar a diferença entre a taxa de atividade dos extremamente pobres em relação a da população com renda domiciliar per capita de R\$ 140,01 ou mais, traduzindo-se numa diferença de 34,4 pontos percentuais.

Gráfico 10

Taxa de atividade de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas de renda - Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Comparando as pessoas de referência dos domicílios, temos uma diferença de 20,9 pontos percentuais da taxa de atividade dos beneficiários em relação aos não beneficiários. A diferença diminui drasticamente para 4,5 pontos percentuais entre os

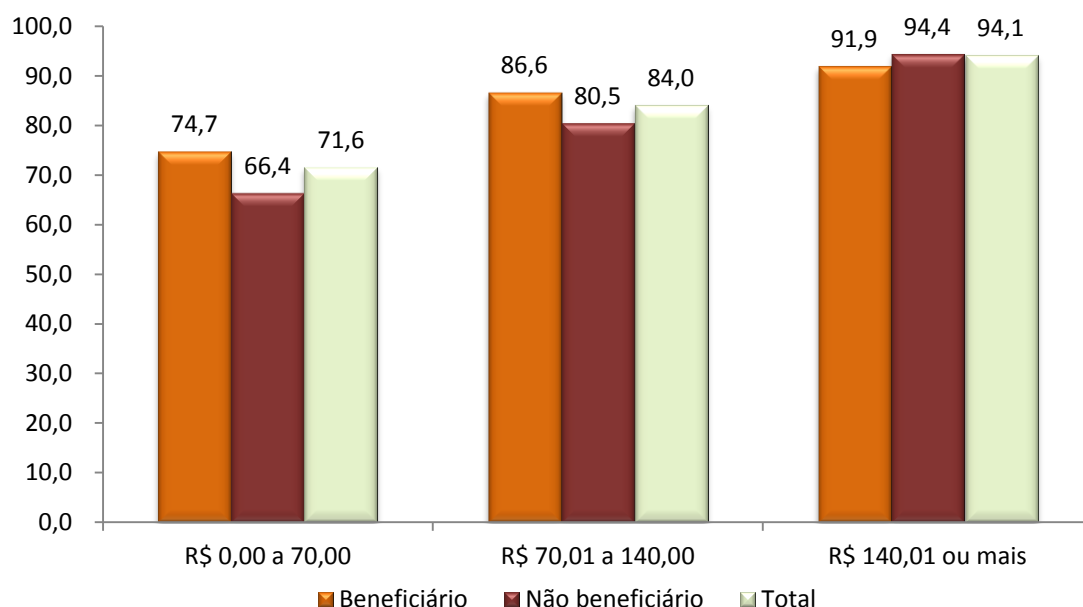
⁵ A metodologia utilizada para tratamento variável de renda domiciliar *per capita* está descrita na Nota MDS *O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010*, a qual define filtros para definição dos extremamente pobres entre os sem remuneração, assim como, detalha demais tratamentos na base.

pobres. Já para as pessoas de referência com renda domiciliar *per capita* de R\$ 140,01 ou mais, temos que a taxa de atividade dos não beneficiários é maior em 0,5 pontos percentuais em relação à dos beneficiários.

Apesar de não ser objeto deste Estudo a discussão sobre as ações de busca ativa e inclusão produtiva, ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria, os resultados apresentados de taxa de atividade para a população extremamente pobre demonstram a necessidade de estudos mais aprofundados da dinâmica ocupacional deste público para fins de aprimoramento das ações do Plano.

Gráfico 11

Taxa de ocupação da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas de renda - Brasil - 2010



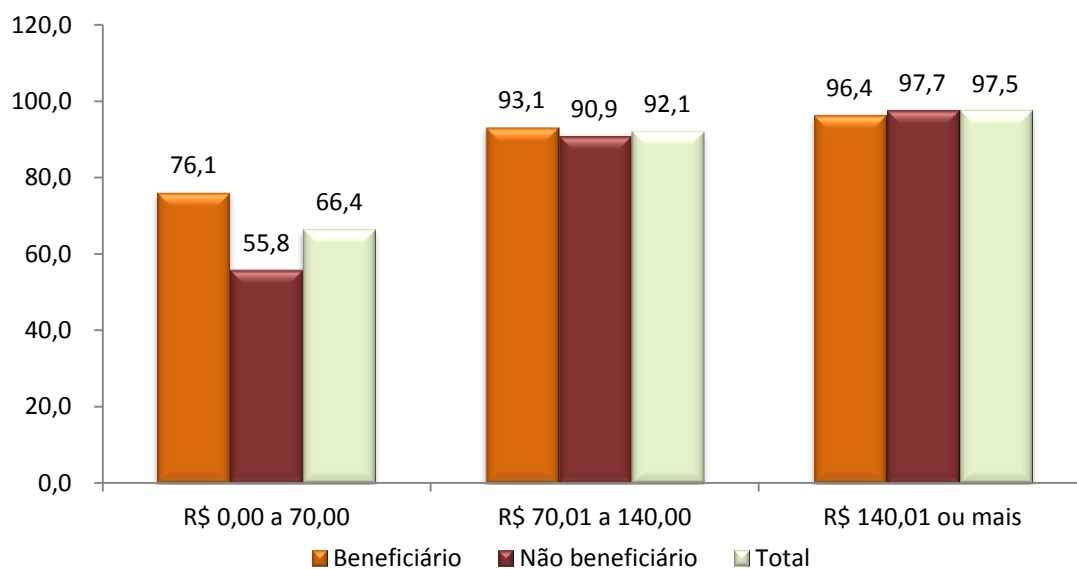
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Passando às análises das taxas de ocupação, temos que entre os extremamente pobres os beneficiários apresentam uma diferença de 8,3 pontos percentuais em relação aos não beneficiários. Entre os pobres, esta diferença cai para 6,1 pontos percentuais. Já para a população com renda domiciliar *per capita* de R\$ 140,01 ou mais, temos que os não beneficiários apresentam 2,5 pontos percentuais acima da taxa dos beneficiários.

A diferença entre a taxa de ocupação da população com renda domiciliar *per capita* de R\$ 140,01 ou mais em relação dos extremamente pobres é de 22,5 pontos percentuais.

Gráfico 12

Taxa de ocupação de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas de renda - Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

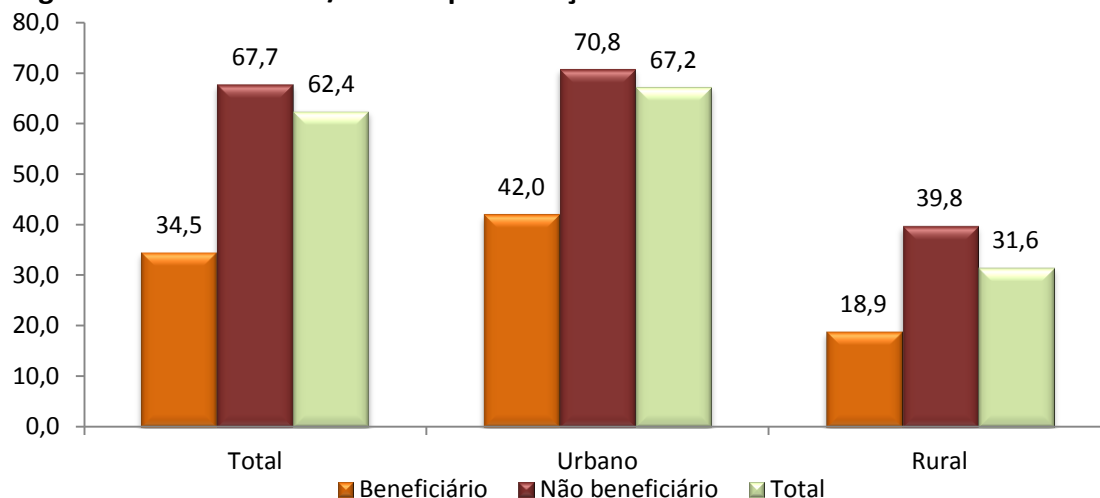
Dentre as pessoas de referência dos domicílios temos que entre os extremamente pobres a diferença da taxa de ocupação dos beneficiários em relação aos não beneficiários é de 20,3 pontos percentuais. A diferença reduz para 2,2 pontos percentuais entre os pobres e na população com renda domiciliar *per capita* de R\$ 140,01 ou mais, temos que os não beneficiários apresentam 1,3 pontos percentuais acima da taxa de ocupação dos beneficiários.

2.2. Taxas de formalização

Analisadas as taxas de atividade e ocupação passamos aos resultados encontrados para taxa de formalização dos grupos em comparação.

Gráfico 13

Taxa de formalização da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por situação censitária - Brasil - 2010

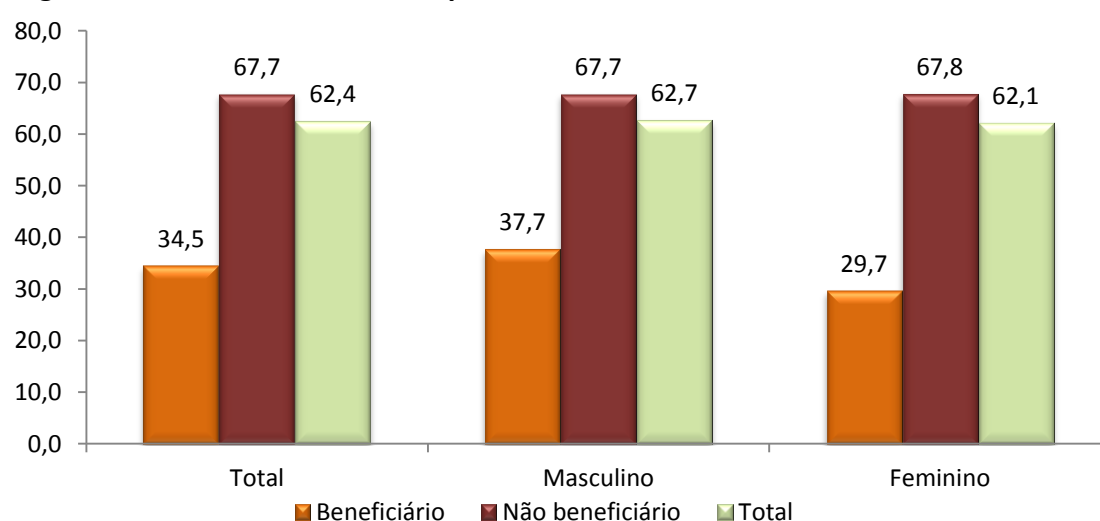


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

O Brasil ainda apresenta um mercado de trabalho marcado expressivamente pela informalidade e que se apresenta com maior predominância entre os mais pobres, o que mantém paralelismo com os resultados encontrados. A diferença encontrada na taxa de formalidade entre os não beneficiários e beneficiários é 33,2 pontos percentuais. No meio urbano essa diferença se atenua para 28,8 pontos percentuais e no meio rural para 20,8 pontos percentuais.

Gráfico 14

Taxa de formalização da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por sexo - Brasil - 2010

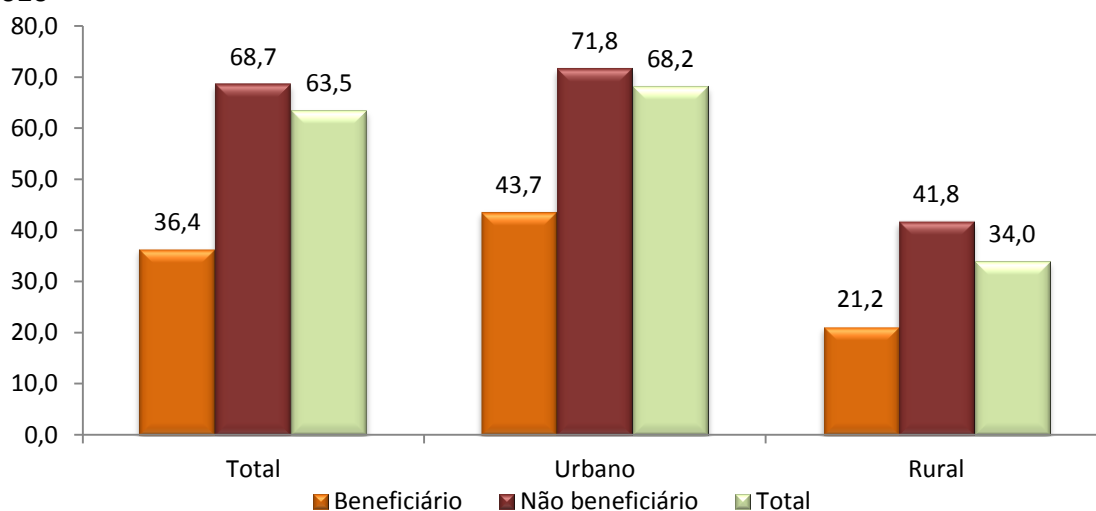


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Controlando por sexo, a diferença encontrada na taxa de formalidade entre os não beneficiários e beneficiários é de 30,0 pontos percentuais entre os homens e de 38,1 pontos percentuais entre as mulheres.

Gráfico 15

Taxa de formalização de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por situação censitária - Brasil - 2010

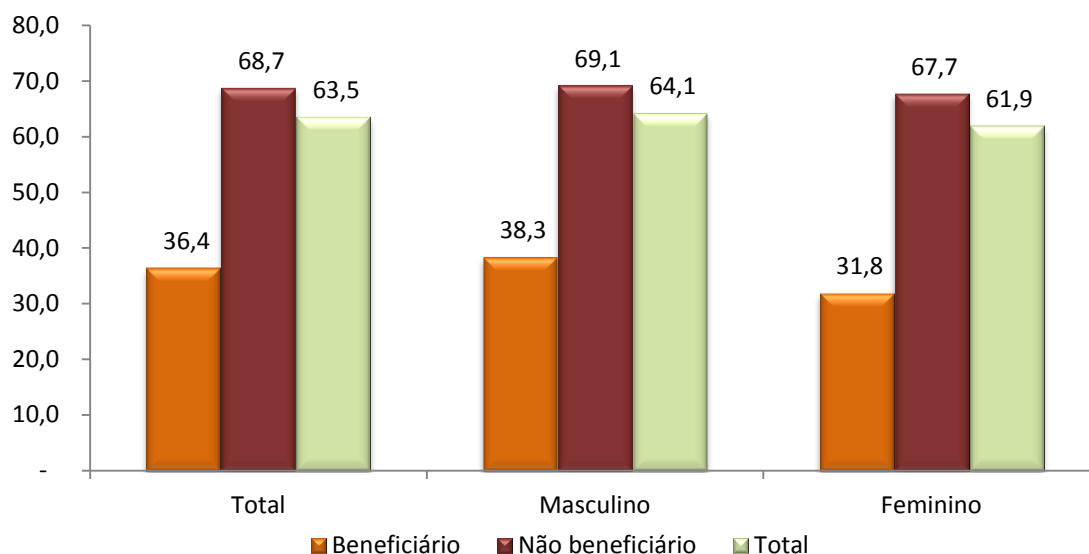


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Controlando por pessoas de referência dos domicílios, a diferença encontrada na taxa de formalidade entre os não beneficiários e beneficiários é de 32,3 pontos percentuais. No meio urbano essa diferença se atenua para 30,8 pontos percentuais e no meio rural para 20,6 pontos percentuais.

Gráfico 12

Taxa de formalização de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por sexo - Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

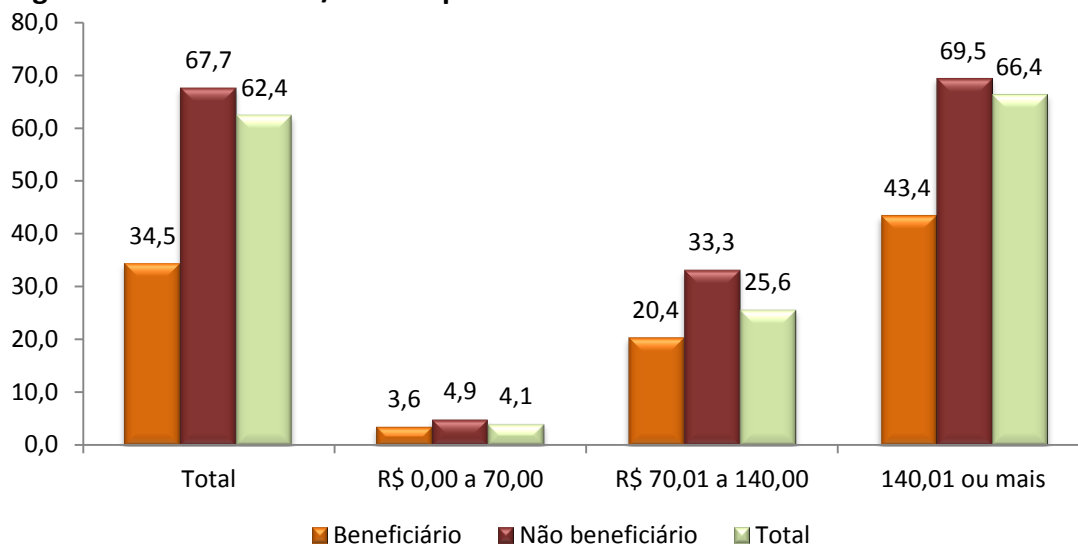
Por sexo, a diferença encontrada na taxa de formalidade das pessoas de referência dos domicílios entre os não beneficiários e beneficiários é de 30,9 pontos percentuais entre os homens e de 35,9 pontos percentuais entre as mulheres.

É importante ressaltar que as taxas de formalização dentre os beneficiários são acentuadamente menores do que as do não beneficiários devido a maior presença de pobres e extremamente pobres no primeiro grupo. A informalidade é uma característica marcante das ocupações das populações mais pobres. Dentre os extremamente pobres (população com renda domiciliar per capita de 0 a 70 reais) de 16 a 64 anos ocupados apenas 4,1 % tem ocupação formal. Dentre os pobres (70 a 140 reais), apenas 25,6 % tem ocupação formal.

A menor formalização do vínculo entre os beneficiários decorreria da precariedade de sua ocupação e da reconhecida focalização do programa entre os mais pobres.

Gráfico 13

Taxa de formalização da população de 16 a 64 anos beneficiária e não beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas de renda - Brasil - 2010

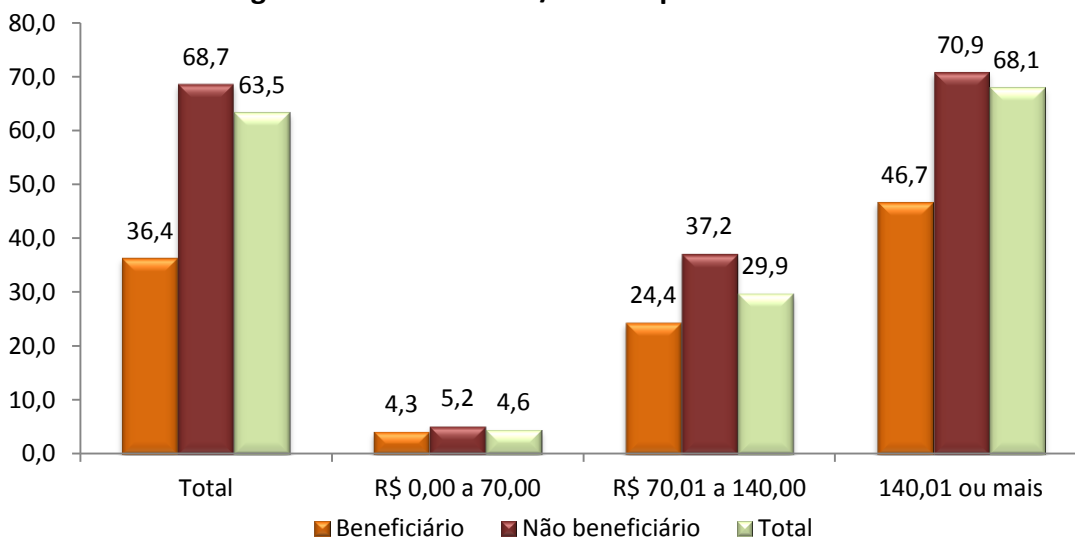


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Dentre os extremamente pobres, a diferença entre as taxas de formalização de não beneficiários em relação aos beneficiários é de 1,3 pontos percentuais. Dentre os pobres a diferença aumenta para 12,9 pontos percentuais. Controlando por pessoas de referencia dos domicílios temos que estas diferenças diminuem para 0,9 pontos percentuais e 12,8 pontos percentuais.

Gráfico 14

Taxa de formalização de pessoas de referência de 16 a 64 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou PETI por faixas de renda - Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

3. Considerações Finais

A partir da comparação entre a estrutura etária do beneficiários e não beneficiários, percebe-se que os beneficiários apresentaram maior participação percentual de jovens e seria de se esperar que suas taxas de atividade e ocupação fossem menores do que a do outro grupo, o que, de fato, ocorreu, com exceção das taxas de atividade e ocupação entre os extremamente pobres e pobres, onde os beneficiários apresentaram maiores taxas e diferenças amplas em pontos percentuais em relação aos não beneficiários, especialmente entre os extremamente pobres.

Em relação à taxa de atividade por pessoas de referência e sexo, tem-se que entre os homens a diferença dos não beneficiários em relação aos beneficiários reduz-se vertiginosamente e apresenta-se relativamente baixa (0,7 pontos percentuais). Na taxa de desemprego a diferença é um pouco mais acentuada (1,9 pontos percentuais). Já entre as mulheres os diferenciais para as duas taxas em questão são respectivamente de 7,4 e 7,7 pontos percentuais.

Assim, os diferenciais nas taxas se apresentam maiores entre as mulheres dos dois grupos e, nesse sentido, é importante ressaltar que o PBF ampliou o leque de opções das mulheres pobres. A possibilidade de não se dobrar a jornada de trabalho passou a se tratar de opção viável, assim como, a opção de cuidar dos filhos e fazer a manutenção do lar ao invés de uma inserção precária no mercado de trabalho, o que poderia também significar o aumento da vulnerabilidade e risco social de suas famílias.

Portanto, considerando a estrutura etária mais jovem entre os beneficiários, os baixos diferenciais nas taxas de atividade e ocupação encontrados entre homens beneficiários e não beneficiários (especialmente entre as pessoas de referência) e as maiores taxas de atividade e ocupação entre os beneficiários extremamente pobres e pobres, não há evidência de que há impactos de desincentivo de participação no mercado de trabalho em virtude de efeito inesperado do PBF, tendo em vista os resultados encontrados.

Em relação às taxas de formalização os diferenciais são bem maiores entre beneficiários e não beneficiários, apresentando uma maior precarização da inserção dos beneficiários no mercado de trabalho. Entre os extremamente pobres as diferenças nas taxas de formalização são muito pequenas entre beneficiários e não

beneficiários. A análise da formalização entre beneficiários ou não com renda domiciliar per capita entre 70 e 140 reais revela diferenças mais significativas. Nesse sentido, além da reconhecida focalização do Bolsa Família entre os mais pobres, a precarização das opções de trabalho para os grupos com perfil de elegibilidade para o Programa deve ser outro fator que deve estar contribuindo para as menores taxas de atividade e ocupação entre os beneficiários, especialmente entre as mulheres.

Por fim, estas considerações aqui apresentadas estão a título de sugestão de novos caminhos metodológicos para estudos analíticos relativos da dinâmica ocupacional do público do Programa Bolsa Família.